



DILVRO DAS PLANTAS DE TODAS AS FORTALEZAS, CIDADES E PONTOAGENS DO ESTADO DA INDIA ORIENTAL, ANTONIO BOCARRO, 1695
BIBLIOTECA PÚBLICA DE ÉVORA, CV. 17-1

WORKSHOP

NAS FRONTEIRAS DO “ESTADO DA ÍNDIA”: GUERRA E DIPLOMACIA (SÉCULOS XVI-XIX)

31 DE MARÇO 2016 | AUDITÓRIO 1

COORDENAÇÃO CIENTÍFICA: ALEXANDRA PELÚCIA, VÍTOR RODRIGUES

COMISSÃO EXECUTIVA: ANDRÉ MURTEIRA; MARIA BARRETO DÁVILA; NUNO VILA-SANTA; ROGER LEE DE JESUS; TIAGO MACHADO DE CASTRO

TORRE B, FCSH/NOVA | AVENIDA DE BERNA, 26

+info: www.cham.fch.unl.pt

LIVRO DE RESUMOS

Índice

Apresentação	3
Programa	5
Resumos	7
Ana Moás (CHAM / FCSH/NOVA UAc) <i>A aprendizagem da oferta diplomática na Ásia: Afonso de Albuquerque, 1511-1515</i>	7
André Murteira (CHAM / FCSH/NOVA UAc) <i>As expedições portuguesas à Ásia do Sueste de 1597-1606 contra neerlandeses e asiáticos</i>	8
Carla Lima Pereira (CHAM / FCSH/NOVA UAc) <i>A Capitania-mor do Mar da Índia (1502-1564)</i>	9
Graça Borges (CIDEHUS-UE) <i>Conflito e violência na administração do Estado da Índia durante o governo dos Habsburgo, 1580-1640</i>	10
João Ferreira (CHAM / FCSH/NOVA UAc) <i>A Embaixada de Manuel de Carvalho e a transferência dos Mandeus para o Estado da Índia</i>	11
João Melo (U. Pompeu Fabra e CHAM / FCSH/NOVA UAc) <i>In search of a shared language: the Goan diplomatic protocol</i>	12
José Ferreira (ICS e CHAM / FCSH/NOVA UAc) <i>"Densas matas" e "terríveis Ranês": fronteiras internas e administração militar nas Novas Conquistas, Goa</i>	13
Luís Costa e Sousa (CH-UL) <i>Embaixadores e soldados na Abissínia 1493-1543</i>	14
Marco Oliveira Borges (CH-UL e CEG) <i>O problema das expedições francesas ao Índico (1527-1543): conflito, repressão e diplomacia</i>	15
Miguel Rodrigues Lourenço (CHAM / FCSH/NOVA UAc) <i>As embaixadas de São Francisco Xavier ao imperador do Japão: a Companhia de Jesus perante o deteriorar das relações luso-nipónicas (1633-1639)</i>	16
Nuno Lopes (CES-UC) <i>Nos limites das Velhas Conquistas: Chaporá como caso de estudo</i>	17
Nuno Vila-Santa (CHAM / FCSH/NOVA UAc) <i>Diplomacia e guerra ao serviço de um governador "expansionista": o caso de Francisco Barreto (1555-1558)</i>	18
Roger Lee de Jesus (CHSC-UC e CHAM / FCSH/NOVA UAc) <i>Diplomacia ao serviço de um governador “bélico”: o caso de D. João de Castro (1545-1548)</i>	19
Tiago Machado Castro (CLUL-UL e CHAM / FCSH/NOVA UAc) <i>Um caso de serviço militar no Estado da Índia: João dela Camara, condestável dos bombardeiros</i>	20
Organização.....	21

APRESENTAÇÃO

O estudo da história militar tem-se vindo a desenvolver, no actual contexto historiográfico, no cruzamento, em perspectiva interdisciplinar, entre a temática da diplomacia e as da construção da identidade e da fronteira. De facto, para compreender a complexa realidade da presença portuguesa no Índico e no Pacífico, nas suas diferentes geografias - de Moçambique a Macau - e nas suas diferentes conjunturas históricas, cada vez mais se torna necessário interligar os estudos da “guerra” com a vertente diplomática das relações com os diferentes potentados asiáticos. Esta relação é fundamental na busca da percepção do papel da “fronteira militar”, na construção da identidade e na capacidade de sobrevivência evidenciada pelo “Estado da Índia”, em variados cenários adversos ao longo da sua História.

Partindo de uma anterior iniciativa, em que se debateu o ponto de situação historiográfico dos estudos de história militar em Portugal e no seu Império, este Workshop pretende aprofundar a temática da fronteira militar e diplomática no cenário do Estado da Índia. O intuito é não apenas debater o ponto de situação historiográfico, mas também actualizar conhecimentos recorrendo às mais recentes investigações em preparação nesta área por mestrandos, doutorandos e recém-doutorados. Não esquecendo a importância da interdisciplinaridade para a compreensão do fenómeno lato da guerra e da diplomacia, o Workshop contará com a presença de investigadores de diversas áreas, da política à cultura, à história de arte. As comunicações, balizadas entre o início da presença portuguesa e o século XIX, procurarão reflectir sobre a história militar dos Portugueses na Ásia na sua inter-relação com a temática da fronteira e identidade.

PRESENTATION

The study of military history nowadays is often combined with that of subjects related to diplomacy and frontier-building. In order to understand the complex reality of Portuguese presence in the Indian and Pacific Oceans regions in all of its different geographical and historical contexts it is increasingly necessary to connect the traditional study of war to that of diplomatic relations with Asian powers. This connection is fundamental to the understanding of the role of the “military frontier” in the ability to survive shown by the “Estado da Índia” during the several difficult moments it went through during its history.

This workshop grew out of a previous initiative dedicated to the military history of Portugal and its overseas empire in the Early Modern period. It aims to further the knowledge of the subject of the military and diplomatic frontiers of the “Estado da Índia” by both promoting a debate on the current state of historiography on the subject and publicizing the preliminary results of research being done on the area by MA students, PhD students and recent doctorates. This group of young researchers has an “interdisciplinary” nature, being composed of people from different areas, such as Art History and cultural history, alongside the more traditional fields of military and diplomatic history. The period covered by the communications will stretch from the beginnings of the Portuguese presence in Asia in the early 16th Century to the 19th Century.

PROGRAMA

9h-9h30

Sessão de abertura

9h30-11h - 1ª Sessão

Moderador: Vítor Luís Gaspar Rodrigues (CH-UL e CHAM / FCSH/NOVA | UAc)

Luís Costa e Sousa (CH-UL)

Embaixadores e soldados na Abissínia 1493-1543

Ana Moás (CHAM / FCSH/NOVA | UAc)

A aprendizagem da oferta diplomática na Ásia: Afonso de Albuquerque, 1511-1515

Marco Oliveira Borges (CH-UL e CEG)

O problema das expedições francesas ao Índico (1527-1543): conflito, repressão e diplomacia

Graça Borges (CIDEHUS-UE)

Conflito e violência na administração do Estado da Índia durante o governo dos Habsburgo, 1580-1640

11h-11h30 - Pausa

11h30-13h00 - 2ª Sessão

Moderador: Francisco Contente Domingues (CH-UL)

Tiago Machado Castro (CLUL-UL e CHAM / FCSH/NOVA | UAc)

Um caso de serviço militar no Estado da Índia: João dela Camara, condestável dos bombardeiros.

Carla Lima Pereira (CHAM / FCSH/NOVA | UAc)

A Capitania-mor do Mar da Índia (1502-1564)

Nuno Lopes (CES-UC)

Nos limites das Velhas Conquistas: Chaporá como caso de estudo

13h00-14h30 - Almoço

14h30-16h - 3ª Sessão

Moderador: José Varandas (CH-UL)

Roger Lee de Jesus (CHSC-UC e CHAM / FCSH/NOVA | UAc)

Diplomacia ao serviço de um governador “bélico”: o caso de D. João de Castro (1545-1548)

Nuno Vila-Santa (CHAM / FCSH/NOVA | UAc)

Diplomacia e guerra ao serviço de um governador “expansionista”: o caso de Francisco Barreto (1555-1558)

Miguel Rodrigues Lourenço (CHAM / FCSH/NOVA | UAc)

As embaixadas de São Francisco Xavier ao imperador do Japão: A Companhia de Jesus perante o deteriorar das relações luso-nipónicas (1633-1639)

João Ferreira (CHAM / FCSH/NOVA | UAc)

A Embaixada de Manuel de Carvalho e a transferência dos Mandeus para o Estado da Índia

16h-16h30 - Pausa

16h30-18h - 4ª Sessão

Moderador: João de Figueirôa-Rêgo (CHAM / FCSH/NOVA | UAc)

André Murteira (CHAM / FCSH/NOVA | UAc)

As expedições portuguesas à Ásia do Sueste de 1597-1606 contra neerlandeses e asiáticos

João Melo (U. Pompeu Fabra e CHAM / FCSH/NOVA | UAc)

In search of a shared language: the Goan diplomatic protocol

José Ferreira (ICS e CHAM / FCSH/NOVA | UAc)

“Densas matas” e “terríveis Ranês”: fronteiras internas e administração militar nas Novas Conquistas, Goa.

18h - Sessão de Encerramento

André Teixeira (CHAM / FCSH/NOVA | UAc)

Ana Moás

A aprendizagem da oferta diplomática na Ásia: Afonso de Albuquerque, 1511-1515

As estratégias diplomáticas delineadas por Afonso de Albuquerque foram inovadoras no seu tempo e fixaram um lastro que persistiu nos séculos consecutivos. Durante o seu governo (1509-1515) aceleram-se em número e em profundidade as relações com diversos potentados asiáticos. O estímulo do contacto cedo levou à necessidade de desenvolver um entendimento das práticas e expectativas locais e, nesta conjuntura, o potencial da cultura material na criação e manutenção de relações pacíficas foi explorado em diversos momentos.

Nesta comunicação argumenta-se que foi durante o governo de Afonso de Albuquerque que pela primeira vez se desenvolveu na Ásia uma política coerente de ofertas diplomáticas portuguesas aos potentados locais. Pese embora D. Manuel ter já antes enviado de Portugal objetos destinados a cumprir esse fim, é durante o período de governo de Albuquerque que se diagnosticam as primeiras decisões feitas na Ásia de converter objetos (europeus e não europeus) em ofertas feitas em nome do rei português. Este tipo de oferta diplomática complexificou-se rapidamente entre os anos de 1511 e 1515.

Os vários protagonistas na seleção e entrega de ofertas, e na redistribuição das ofertas recebidas, praticaram então uma nova forma de consumo de objetos artísticos que teve um enorme impacto na formatação da ideia portuguesa da Ásia do século XVI.

Ana Moás é licenciada em História da Arte pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (2013), aguarda a defesa da sua dissertação de mestrado em História da Arte Moderna na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL intitulada “Afonso de Albuquerque and the Consumption of Material Culture in the Indian Ocean (1506-1515)”. É assistente de investigação no CHAM (FCSH-UNL/UAç) desde 2015. Os seus interesses focam-se nos consumos artísticos à escala global e nos resultados materiais dos encontros de culturas produzidos entre os séculos XV e XVII. Vive atualmente em Londres onde se dedica ao estudo da porcelana e cerâmica chinesas de exportação.

Email : anamoas@gmail.com

André Murteira

*As expedições portuguesas à Ásia do Sueste de 1597-1606
contra neerlandeses e asiáticos*

As chamadas guerras luso-neerlandesas na Ásia são um fenómeno bem conhecido da história do Estado da Índia. No entanto, a própria designação consagrada do fenómeno sugere enganadoramente um conflito com apenas dois participantes, quando ele envolveu igualmente grupos variados de aliados asiáticos de ambos os lados. Esta comunicação propõe-se analisar o contributo dalguns destes “terceiros participantes” para o desfecho de um conjunto importante de três expedições portuguesas antineerlandesas à Ásia do Sueste levadas a cabo em 1597-1606: a de Lourenço de Brito (1597), a de André Furtado de Mendonça (1601-1603), e a de Martim Afonso de Castro (1606). As três expedições, desencadeadas no seguimento do aparecimento dos primeiros navios batavos no Oriente, visavam tanto a expulsão dos recém-chegados como a punição violenta de quem os acolhesse. Das três vezes, ambos os objectivos falharam e, depois disso, o Estado da Índia não voltou a conseguir reunir os meios necessários para uma ofensiva de ambições tão radicais contra os seus novos inimigos norte-europeus, morrendo assim de vez a veleidade inicial de expulsá-los da Ásia. Tradicionalmente, tem-se enfatizado o contributo neerlandês para este importante conjunto de derrotas, entre as quais avulta a grande derrota naval infligida por Cornelis Matelieff a Martim de Afonso de Castro em Malaca em 1606. Nesta comunicação, pelo contrário, valorizar-se-á o quase sempre negligenciado contributo dos adversários asiáticos encontrados pelos portugueses, que se defenderá que teve igualmente uma importância vital para o desfecho decepcionante deste conjunto de expedições.

André Murteira é Mestre em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa pela Universidade Nova de Lisboa em 2006 com a dissertação *A Carreira da Índia e o curso neerlandês (1595-1625)*, publicada em 2012 (*A Carreira da Índia e o curso neerlandês, 1595-1625*, Lisboa: Tribuna da História, 2012). Assistente de Investigação do Centro de História de Além-Mar, da Universidade Nova de Lisboa. Encontra-se de momento a realizar uma dissertação de doutoramento na Universidade Nova de Lisboa sobre o curso neerlandês contra a navegação portuguesa na Ásia e entre a Ásia e a Europa entre 1595 e 1625. Foi bolseiro de mestrado da Fundação Oriente e bolseiro de doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Tem publicado em periódicos como *Anais de História de Além-Mar*, *Oriente* e *Revista de Cultura (Macau)*.

Email: andremurteira@gmail.com

Carla Lima Pereira

A Capitania-mor do Mar da Índia (1502-1564)

Na cronística referente à centúria de Quinhentos, a capitania-mor do mar da Índia é percebida como o segundo cargo mais relevante da estrutura político-militar do Estado Português da Índia.

Acreditamos que as origens deste ofício encontram-se num cargo já existente no Reino, que terá sido transferido para a Índia ainda nos primórdios da presença portuguesa, em 1502, para assegurar os interesses da Coroa na Ásia. Após a nomeação do primeiro vice-rei para a Índia, D. Francisco de Almeida, em 1505, este ofício foi desde logo disputado e requerido pelos governadores/vice-reis subsequentes, para os auxiliar na realização do plano de expansão gizado pela Coroa, mas ao monarca assistia a palavra final.

Procuramos saber quem foram os oficiais que ocuparam a capitania e compreender que espaço era esse “Mar da Índia”. Considerado o controlo do mar como a base da afirmação e alargamento da presença portuguesa na Ásia, de acordo com os planos de expansão de D. Manuel I e D. João III, é relevante percebermos qual foi a área de autoridade desta capitania.

Além dos possíveis critérios de nomeação e as funções inerentes, sobretudo de foro político-militar, também os poderes outorgados à capitania, de natureza marítima, foram por vezes alargados às praças portuguesas do Estado da Índia.

Compreender o estatuto social e o impacto do cargo nas trajectórias individuais, foram aspectos tidos em linha de conta.

Quanto ao fim deste cargo ou a sua presumível reconversão, em 1564, avançaremos com hipóteses explicativas.

Carla Alexandra Lima Pereira é licenciada em História, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa, em 2012. Acabou de finalizar o mestrado em História Moderna e dos Descobrimentos, na mesma instituição de ensino da licenciatura, com a dissertação *A Capitania-mor do Mar da Índia (1502-1564)*, sob orientação científica da Professora Doutora Alexandra Pelúcia.

Redigiu o artigo, *Espingarda (impacto no Japão)* que se encontra publicado na Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa - CHAM (Artigo disponível em: <http://www.fcs.unl.pt/cham/eve/index.php?lang=pt>).

E-mail: alexandralima356@sapo.pt

Graça Borges

*Conflito e violência na administração do Estado da Índia
durante o governo dos Habsburgo, 1580-1640*

A gestão do conflito e da violência fez parte do dia-a-dia da administração “triangular” do Estado da Índia (Goa, Lisboa e Madrid/ Valladolid) durante o período dos Habsburgo (e, naturalmente, durante os períodos que o antecederam e sucederam também).

Nesta comunicação, estuda-se a forma como os dois problemas foram tratados nos processos de decisão política em relação ao Estado da Índia no quadro da integração de Portugal e dos seus territórios coloniais na Monarquia Católica.

Assim, observa-se, por um lado, de que forma esta administração triangular estimulava ou refreava o conflito com as forças locais com quem os portugueses foram disputar e partilhar o espaço asiático; e analisa-se, por outro lado, como é que nestes espaços de decisão se incitava, repreendia ou, simplesmente, se discutia a violência com que os agentes imperiais portugueses levavam a cabo o seu projecto colonizador e evangelizador no Estado da Índia, não só nas suas movimentações expansionistas e de conquista, mas também no exercício da sua autoridade local, nas suas políticas de conversão e na gestão dos tributos fiscais. Para ambos os objectivos recorre-se, sobretudo, a documentação trocada entre estes três polos de decisão: o rei e o seu valido, as instituições e agentes cortesãos, os representantes portugueses em Lisboa e as autoridades e agentes coloniais em Goa.

Argumenta-se que ambos os problemas – o conflito e a violência – eram geridos de acordo com uma “política de estabilidade”, frequentemente contraditória, com que, de resto, os Habsburgo procuravam equilibrar os desafios enfrentados pelo seu império a uma escala global.

Graça Almeida Borges é investigadora de pós-doutoramento (referência SFRH/BPD/102649/2014) no Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora (Referência do Projecto Estratégico: UID/HIS/00057/2013). Está neste momento a trabalhar sobre a integração de Portugal e do seu império na Monarquia Católica, em particular no impacto desta integração na administração política do Estado da Índia. Preocupa-se também com questões relacionadas com os processos de colonização ibéricos dos séculos 16 e 17, sobretudo na sua relação com políticas de soberania colonial e concepções modernistas de “direitos humanos” e “violações de direitos humanos”. Defendeu a sua tese de doutoramento no Instituto Universitário Europeu de Florença, uma tese sobre a dimensão ultramarina da União Ibérica e o seu impacto na região do Golfo Pérsico (1600-1625).

Publicou recentemente um artigo sobre a participação do Consejo de Estado castelhano na política e assuntos coloniais portugueses (Revista Jerónimo Zurita, 2015), um artigo sobre a dimensão colonial da União Ibérica (e-journal of Portuguese history, 2014) e um artigo sobre o arbitramento no contexto de um império ibérico integrado (Obradoiro de História Moderna, 2014).

Email: mgborges@gmail.com

João Ferreira

A Embaixada de Manuel de Carvalho e a transferência dos Mandeus para o Estado da Índia

A presente comunicação tem como propósito apresentar os vários planos de transferência dos mandeus de Baçorá para o Estado Português da Índia debatidos ao longo das décadas de 30 e 40 do século XVII. A partir do exemplo da proposta de transferência apresentada de Manuel de Carvalho em 1644, será demonstrado como decorreram os debates entre os mandeus e as autoridades de Goa e as trocas de correspondência entre os vice-reis e os centros de decisão na Europa, de forma a possibilitar a movimentação de milhares de famílias mandeias para os territórios controlados pelos portugueses. Estes planos serão colocados em correlação com as ideias de transformação militar intentados pelos vários governadores em Goa, dentre os quais se destacou D. Miguel de Noronha, conde de Linhares, e das transformações diplomáticas e políticas enfrentadas pelo Estado da Índia no segundo quartel do século XVII.

João Luís Ferreira é licenciado em História pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Mestre em História Moderna e dos Descobrimientos pela mesma instituição. Actualmente assistente de investigação do Centro de História de Além-mar. Participou em vários projectos, dentre eles, “Na Privança d’El-Rei. Relações Interpessoais e Jogos de Facções em Torno de D. Manuel I”, “Prosopografia das Comunidades Lusófonas residentes e de passagem nas Filipinas (1582-1654)” e “O Governo dos Outros. Imaginários Políticos no Império Português (1496-1961)”. A sua investigação centra-se sobretudo na história da presença portuguesa no Golfo Pérsico durante o século XVII e na história política e institucional do Estado da Índia durante o período da União Ibérica (1580-1640).

Email: joaoluferreira87@gmail.com

João Melo

In search of a shared language: the Goan diplomatic protocol

Esta comunicação apresenta uma análise do *Ceremonial de que uzão os VReys quando escrevem aos Reys da Azia*, um documento do protocolo diplomático do Estado da Índia que regulava a correspondência oficial entre o vice-rei e potências locais como o shah da Pérsia, o imperador Mogol, os rajás de Kanara, Sonda, Tanor ou os Sardessais de Sawantvandi. Ao longo da análise das regras protocolares impostas pelo *Ceremonial*, defende-se que a utilização da terminologia política ou práticas diplomáticas do mundo Indo-Persa pretendia facilitar os contactos entre o Estado da Índia e os Reis Vizinhos.

João Vicente Melo é Marie Curie Fellow no Departamento de Humanidades da Universidade Pompeu Fabra, Barcelona. Actualmente estuda os encontros culturais nos impérios Ibéricos entre os séculos XVI e XVIII. Nos últimos anos tem desenvolvido projectos de investigação em áreas como a diplomacia intercultural, missões religiosas em África e na Ásia, história cultural dos impérios Ibéricos. Doutorado em História pela Universidade de Swansea (Reino Unido), é membro correspondente do Centro de História d'Aquém e d'Além Mar (CHAM) e membro fundador do grupo de investigação Ethnographies, Cultural Encounters and Religious Missions in the Iberian World (ECERM) da Universidade Pompeu Fabra.

Email: jvc.melo@gmail.com

José Ferreira

"Densas matas" e "terríveis Ranes": fronteiras internas e administração militar nas Novas Conquistas, Goa.

Entre meados do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX os domínios do Estado da Índia passaram por um conjunto de transformações que tiveram um impacto profundo no território de Goa e nas suas dinâmicas políticas, económicas e sociais. Entre estas, destaca-se a anexação das regiões que seriam doravante apelidadas de Novas Conquistas, situadas entre as três antigas províncias de Goa e a cordilheira dos Gates Ocidentais. As décadas seguintes assistiram simultaneamente a um esforço de construção de uma realidade territorial goesa (por oposição ao *Raj* britânico, que se tornaria a unidade política dominante no subcontinente) e à persistência de uma oposição interna entre Velhas e Novas Conquistas.

Partindo da hipótese de que estas regiões montanhosas e densamente florestadas, onde o estado colonial se deparou com sérias dificuldades de implantação foram encaradas ao longo do século XIX como uma “fronteira interna”, esta apresentação pretende investigar o modo como as alusões recorrentes à Natureza selvagem e às populações rebeldes das Novas Conquistas sustentaram um imaginário político e geográfico que legitimava práticas militarizadas de controlo destes “territórios de excepção”, caracterizadas pela recorrência de campanhas anti subversivas. A partir do estudo de três casos, situados entre o último quartel do século XVIII e os finais do século XIX, serão analisados alguns destes discursos e a forma como procuraram responder às dificuldades de manter uma presença colonial efectiva num território ecológica e socialmente hostil, sugerindo a necessidade de entender a relação entre o Homem e a Natureza como parte essencial das práticas de governo colonial.

José Miguel Moura Ferreira é licenciado em História pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Mestre em História Moderna e dos Descobrimientos pela mesma faculdade. Bolseiro de doutoramento do programa «PIUDHist. História: Continuidade e Mudança num Mundo Global» (SFRH/BD/52283/2013), no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL), e investigador no Centro de História d’Aquém e d’Além Mar (CHAM-FCSH-NOVA/UAç).

Email: jose.mouraferreira1988@gmail.com

Luís Costa e Sousa

Embaixadores e soldados na Abissínia 1493-1543

Pretende-se apresentar a fase inicial da relação entre Portugal e a Abissínia como caso de estudo sobre a forma como se desenvolveu a relação entre a diplomacia e a guerra no contexto colonial português de finais do século xv até meados do século xvi. As vicissitudes que envolvem o início da presença dos portugueses na Abissínia não foi um projecto linear, mas sim um longo processo recheado de vicissitudes, que será particularmente interessante visitar nos 50 anos que mediaram o estabelecimento dos primeiros contactos a partir de na última década de Quatrocentos.

Este trabalho não trata de apresentar qualquer conclusão definitiva, mas sim equacionar de forma objectiva algumas das variáveis em jogo: Os problemas colocados ao envio dos primeiros embaixadores, desde a escolha dos protagonistas mais aptos, aos obstáculos do longo itinerário terrestre. As dificuldades de comunicação que dificultam – ou mesmo impedem – a aferição do sucesso ou insucesso das várias missões. A facilidade que constituiu a utilização da via marítima, confrontada com os obstáculos criados pela política dos governadores da Índia. O quadro geoestratégico da Abissínia, nas suas relações com os potentados islâmicos, nomeadamente o crescente poderio militar do sultanato de Adal, em cujo pano de fundo se coloca a alteração de forças no Mar Vermelho com a entrada em cena dos portugueses e Otomanos.

Sem esquecer, evidentemente, a problemática militar: as campanhas de 1527-35 e 1541-43, em especial no que respeita aos detalhes mais ásperos: o papel dos novos protagonistas na região, otomanos e portugueses, cujas novas abordagens operacionais que alteraram a face da guerra inverteram o curso dos acontecimentos na região.

Luís Costa e Sousa é investigador integrado no Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e investigador associado ao IESM (Instituto de Estudos Superiores Militares).

Desenvolveu trabalho em Arquitectura Hospitalar entre 1989-2013.

Concluiu o mestrado em 2006, no Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Concluiu o doutoramento em 2013, no Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

A investigação incide sobre a relação entre Guerra e a Arte, quer na iconografia, quer na tratadística militar do século XVI – início do século XVII.

Desenvolve o Projecto de pós-doutoramento, contemplando o levantamento exaustivo da iconografia militar portuguesa em múltiplos suportes iconográficos (1521-1621).

Email: luisfilipe.ana@gmail.com

Marco Oliveira Borges

O problema das expedições francesas ao Índico (1527-1543): conflito, repressão e diplomacia

A vontade de rumarem ao Oriente e atingirem os portos indianos do trato de especiarias, isto no seguimento das primeiras viagens portuguesas à Índia, foi um objectivo dos franceses desde muito cedo. Logo em Julho de 1503, liderada por Paulmier Gonneville, uma expedição partiu de Honfleur com o objectivo de chegar à Índia através da rota do Cabo. Contudo, em vez da dificultosa viagem rumo ao Oriente, essa expedição foi atormentada por um temporal em pleno Atlântico e acabou por atingir a costa do Brasil. Apenas a partir da década de 1520 surgem dados que revelam a elaboração de novas campanhas marítimas e que visavam alcançar diferentes locais da Ásia, sendo que a primeira a penetrar no Índico terá ocorrido entre 1526-1527. Sucederam-se novas expedições que, em paralelo com o que se passava no Atlântico (Brasil, África e ilhas), resultaram em conflitos, acções repressivas, medidas defensivas e a uma intensa actividade diplomática por parte de Portugal para tentar evitar intromissões francesas nos seus espaços ultramarinos. Abordaremos estes aspectos na presente comunicação.

Marco Oliveira Borges é investigador associado do Centro de História e do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, bem como membro correspondente da Academia de Marinha. É bolseiro de Doutoramento pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/BD/52282/2013), estando a desenvolver uma tese no âmbito do Programa Inter-Universitário de Doutoramento em História, Mudança e Continuidade num Mundo Global (PIUDHist), relacionada com o trajecto final da Carreira da Índia na torna-viagem (1500-1640). A sua investigação principal incide nas temáticas relativas aos Descobrimentos e à Expansão Portuguesa dos séculos XV-XVII. Tem-se dedicado igualmente ao estudo dos portos e ancoradouros do litoral de Sintra-Cascais entre a Antiguidade e a Idade Moderna, bem como ao estudo da defesa costeira no distrito (*kura*) de Lisboa durante o Período Islâmico.

Email: marcoliveiraborges@gmail.com

Miguel Rodrigues Lourenço

As embaixadas de São Francisco Xavier ao imperador do Japão: A Companhia de Jesus perante o deteriorar das relações luso-nipónicas (1633-1639)

A degradação das condições de comércio entre a comunidade mercantil de Macau e o xogunato dos Tokugawa através do seu governo de Nagasaki ao longo das décadas de 1620 e 1630 dificultou significativamente a capacidade de a província jesuítica do Japão apoiar o apostolado clandestino que os seus religiosos mantinham nas ilhas. Perante a incapacidade dos canais oficiais de Macau reverterem a hostilidade crescente das autoridades nipónicas para com o Cristianismo e para com as próprias modalidades de presença dos portugueses em Nagasaki, por um lado; e face à indisponibilidade de os mercadores apoiarem o trânsito ou a comunicação entre os jesuítas presentes no Japão e o seu colégio em Macau, por outro, a província viu-se privada de meios e de recursos para poder responder à dramática situação da sua missão.

A nossa proposta visa analisar o modo como a província do Japão geriu a sucessão de acontecimentos que marcaram a missão durante a década de 1630, designadamente, pela construção de uma narrativa providencialista na qual, recorrendo a paralelismos com a história cristã e por via do tópico das “embaixadas”, procurou obter no plano literário aquilo que os circuitos formais, as práticas diplomáticas e as estratégias da própria província se viam incapazes de assegurar: o fim e a inversão do inexorável abatimento da sua mais prestigiada missão.

Miguel Rodrigues Lourenço é investigador do Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores) e do Centro de Estudos de História Religiosa (Universidade Católica Portuguesa). Mestre em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa (FLUL), encontra-se, presentemente, a desenvolver o seu doutoramento na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Tem desenvolvido investigação no âmbito da história do Santo Ofício no Estado da Índia e nas Filipinas (com especial enfoque nos casos de Macau e de Manila) e da história da cartografia ibérica (casos das Filipinas e da China). É co-autor de *Fontes para a História de Macau no Século XVII* (com Elsa Penalva) e autor de *Macau e a Inquisição nos Séculos XVI e XVII – Documentos*.

Email: mjlour@gmail.com

Nuno Lopes

Nos limites das Velhas Conquistas: Chaporá como caso de estudo

O longo processo das Velhas Conquistas de Goa, iniciado em 1543 e que compreendeu uma extensão de Tiswadi a Bardez, Mormugão e Salcete, terá conhecido avanços e recuos, mesmo para além das Novas Conquistas, 1713-1788, com a anexação de Perném, Bicholim, Satari, Pondá, Sanguém, Quepém e Canácona. *Nos limites das Velhas Conquistas*, investigo a fronteira militar – com as estruturas fortificadas que se foram encarregando de garantir a expansão territorial, desenhando novos limites no território – que é também identitária – pela inevitabilidade dos choques culturais e como isso se traduziu no território goês.

Numa perspetiva interdisciplinar, inerente à minha própria formação, dedicarei esta oportunidade a uma breve leitura desta (des)construção de fronteiras, focando-me num caso de estudo: o Forte da Chaporá. No limite norte de Bardez e erguido no alto do outeiro, esta estrutura assumia uma dupla função: a defesa de mar (com destaque para a barra do rio Chaporá e da população aí residente, sendo a única estrutura costeira em Bardez); a defesa de terra (com destaque para o confronto com as forças maratas, reforçada por se tratar de uma posição de fronteira). Após conquistas e perdas, preexistências, reconstruções e ampliações, a estrutura atual é obra portuguesa iniciada em 1717 e desocupada no final do século XIX, resultado da perda de importância na reorganização militar do extenso território das Novas Conquistas. À vasta produção historiográfica – com destaque para a análise de material bibliográfico, cartográfico/iconográfico/fotográfico, descrições e correspondência, relatórios administrativos e militares, coleções e acervos documentais, entre outros – sobrepus a realidade do terreno, procedendo a um conjunto de levantamentos gráficos que me permitem interpretar as formas desta e das restantes estruturas que compõem o sistema defensivo de Goa, tendo por base as evoluções da artilharia e da arquitetura militar e considerando que à ameaça terrestre indiana se somou a ameaça naval europeia.

Nuno Miguel de Pinho Lopes (1985) é Mestre em arquitetura pela Universidade de Évora (2010, com passagem pelo Politécnico di Milano, 2006-2007), com a tese *As Estruturas Fortificadas de Diu*. Após experiências profissionais nos atelieres RCR – Aranda Pigem Vilalta Architectes slp (Olot, Girona) e AV62 Arquitectos SL (Barcelona), ingressou no programa de doutoramento *Patrimónios de Influência Portuguesa* do Instituto de Investigação Interdisciplinar e do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (2012), encontrando-se a desenvolver a dissertação intitulada *O sistema defensivo de Goa (1510-1658): Influência e significados na constituição do território contemporâneo*. É, desde o início de 2015, investigador no Centro de Estudos Sociais, Laboratório Associado da Universidade de Coimbra, sob a coordenação de Walter Rossa e Margarida Calafate Ribeiro, contribuindo para o desenvolvimento do Projeto *Patrimónios de Influência Portuguesa*: (www.patrimónios.pt).

Email: nunomlopes@gmail.com

Nuno Vila-Santa

***Diplomacia e guerra ao serviço de um governador "expansionista":
o caso de Francisco Barreto (1555-1558)***

Considerado um governador “expansionista”, Francisco Barreto ascendeu ao governo da Índia mercê da via de sucessão aberta pela morte do vice-rei D. Pedro Mascarenhas (1554-1555). Governando num período de múltiplos desafios, a sua actuação governativa foi propulsora de muita da dinâmica político-militar e diplomática do Estado da Índia durante o reinado sebástico. Nesta comunicação procuraremos perceber como é que este governador, utilizando as ténues fronteiras da Diplomacia e da Guerra, procurou marcar uma ruptura com o passado mais recente do Estado da Índia.

Analisando a forma como encarou a rivalidade luso-otomana e a problemática do envio de uma expedição portuguesa à Etiópia, avançando para as tentativas de ocupação de Damão, não esquecendo o cerco de Goa e ainda outros projectos mais distantes mas não menos cativantes para o governador, esta comunicação procurará perceber em que medida Francisco Barreto foi um governante inovador no seu tempo, não apenas na área política e diplomática mas também na militar. Não esquecendo as medidas reformistas ensaiadas pelo governador, procurar-se-á perceber qual o projecto de governo de Barreto.

Centrando a análise nas opiniões emitidas pelo próprio nas suas missivas procuraremos reflectir sobre a linha de demarcação entre Diplomacia e Guerra em meados do século XVI partindo de um estudo de caso de um governo que se afigura como de transição. Quais as principais características dessa transição, à qual também correspondeu a mudança de reinados de D. João III para D. Sebastião, e que consequências terá acarretado para o posterior posicionamento diplomático e militar do Estado da Índia no mundo asiático?

Nuno Vila-Santa é licenciado, mestre e Doutor em História pela FCSH-UNL. Iniciou o seu percurso de investigação com a participação no projecto Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa redigindo entradas biográficas sobre vice-reis e governadores da Índia do período 1550-1640. Nessa sequência, apresentou a sua dissertação de mestrado sobre o vice-rei D. Afonso de Noronha (1550-1554), a qual foi publicada pelo CHAM em 2011. Posteriormente, participou noutros projectos nacionais e internacionais e aprofundou estudos sobre o Estado da Índia nos reinados de D. Sebastião e D. Henrique. Nesse âmbito, se inserem alguns dos artigos que redigiu para revistas indexadas e sobretudo a sua dissertação de Doutoramento sobre o vice-rei D. Luís de Ataíde (1568-1571; 1578-1581), a qual foi recentemente publicada pelo ICS e Câmara Municipal de Peniche e galardoada com o Prémio Lusitania 2015 da Academia Portuguesa da História. Mais recentemente, foi bolseiro de Pós-Doutoramento do CHAM realizando estudos sobre o governador da Índia e do Monomotapa, Francisco Barreto (1555-1558; 1569-1573). Tem também um projecto mais alargado de estudo da corte portuguesa nos reinados de D. Sebastião e D. Henrique.

Email: gemeo1984@hotmail.com

Roger Lee de Jesus

***Diplomacia ao serviço de um governador “bélico”:
o caso de D. João de Castro (1545-1548)***

A criação de um “Estado da Índia” pela Coroa Portuguesa, nos inícios do século XVI, esteve directamente associada ao exercício da diplomacia. Tendo em conta a constante falta de homens para alimentar eficazmente um aparelho administrativo e militar espalhado por todo o oceano Índico, a diplomacia aliou-se fortemente à guerra para assegurar a implantação dos portugueses na Ásia.

Pretende-se, com esta comunicação, analisar a diplomacia portuguesa durante o governo e curto vice-reinado de D. João de Castro (1545-1548). Castro foi, durante quase três, anos o mais alto oficial da Coroa num conturbado período de instabilidade política e militar, pontuado por algumas reformas na estrutura administrativa e pela guerra contra o sultanato do Guzerate e de Bijapur.

Através da correspondência, relatórios, crónicas e tratados diplomáticos, tentaremos examinar e compreender a estratégia e as principais linhas de força encetadas por D. João de Castro. Observaremos também as práticas diplomáticas em Goa e a extensa troca de presentes realizada durante este período, usadas para reforçar o poder simbólico do monarca, do governador e do “Estado” em si. Procuramos assim contribuir para um maior entendimento da diplomacia na construção do Império Português na Ásia.

Roger Lee de Jesus é Licenciado em História (FLUC, 2010) e Mestre em História, especialidade em Época Moderna (FLUC, 2012) com a tese “O Segundo Cerco de Diu (1546). Estudo de História Política e Militar”. É bolseiro de Doutoramento (FCT) em Altos Estudos em História – Época Moderna (FLUC), desenvolvendo a tese “A Governação do *Estado da Índia* por D. João de Castro (1545-1548) na Estratégia Imperial de D. João III”. Assistente de Investigação do Centro de História d’Aquém e d’Além Mar (FCSH-UNL/UAç) e colaborador do Centro de História da Sociedade e da Cultura (UC).

Email: rogerlee.pj@gmail.com

Tiago Machado Castro

*Um caso de serviço militar no Estado da Índia:
João dela Camara, condestável dos bombardeiros.*

João dela Camara, foi nomeado em 1511 condestável dos bombardeiros da Índia, cargo que ocupou até aproximadamente 1521, altura em que as fontes dão conta do seu falecimento. Desde a sua primeira saída para o Oriente, em 1506, serviu como mestre artilheiro em diversas ações militares que lhe valeram a inscrição do seu nome nas principais crónicas portuguesas.

Nesta apresentação iremos percorrer o conjunto documental que o menciona explicitamente e que o localiza no tempo e espaço, relacionando este núcleo de informações com outras fontes complementares, tentando assim preencher de forma clara os diversos vazios que ocorrem durante os seus anos de serviço.

Do retrato e itinerário de João dela Camara, assim obtido, pretende-se compreender quais as competências de serviço que cabiam ao condestável-mor dos bombardeiros da Índia, na gestão dos meios humanos e materiais de artilharia, e qual a sua colocação no aparelho militar do Estado da Índia nos primeiros anos da presença portuguesa no Oriente.

Tiago Machado de Castro nasceu em Lisboa a 22 de Junho de 1971. É licenciado em História, mestre em História Marítima pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, e doutorando em História da Expansão na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

É desde 2012 bolseiro de investigação do projecto Post Scriptum: Arquivo Digital de Escrita Quotidiana em Portugal e Espanha na Época Moderna do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa.

É desde 2013 assistente de investigação do Centro de História d’Aquém e d’Além-Mar e doutorando em História da Expansão na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Tem como temas principais de investigação a História Marítima e a História Militar na idade moderna. Como subtemas os seus trabalhos incidem na presença portuguesa no Oriente, na construção naval, na artilharia e artilheiros, e na relação dos ofícios mecânicos com os ofícios militares de Terceiro Estado.

Email:tmachadocastro@gmail.com

ORGANIZAÇÃO

Direção Científica:

Alexandra Pelúcia (CHAM / FCSH/NOVA | UAc)

Vítor Luís Gaspar Rodrigues (CH-UL e CHAM / FCSH/NOVA | UAc)

Comissão Executiva:

André Murteira (CHAM / FCSH/NOVA | UAc)

Maria Barreto Dávila (CHAM / FCSH/NOVA | UAc)

Nuno Vila Santa (CHAM / FCSH/NOVA | UAc)

Roger Lee de Jesus (CHSC-UC e CHAM / FCSH/NOVA | UAc)

Tiago Machado de Castro (CLUL-UL e CHAM / FCSH/NOVA | UAc)

Moderadores:

Vítor Luís Gaspar Rodrigues (CH-UL e CHAM / FCSH/NOVA | UAc)

Francisco Contente Domingues (CH-UL)

José Varandas (CH-UL)

João de Figueirôa-Rêgo (CHAM / FCSH/NOVA | UAc)

Sessão de Encerramento

André Teixeira (CHAM / FCSH/NOVA | UAc)

Organização do sub-grupo de *História Militar* do Grupo de Investigação
“Configurações Políticas e Institucionais” do CHAM / FCSH/NOVA | UAc.
com a colaboração do CH-UL.